

Estudos da Central
de Balanços

35

Análise do dinamismo
empresarial em Portugal

Fevereiro 2019



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

Estudos da Central
de Balanços

35

Análise do dinamismo empresarial em Portugal

Fevereiro 2019



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2019 • www.bportugal.pt

Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2017, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Sumário

Neste estudo é efetuada uma análise do dinamismo empresarial em Portugal, com base na dinâmica das empresas não financeiras, com destaque para as empresas de elevado crescimento (EEC) e, em particular, para as empresas mais jovens (até cinco anos de atividade, também designadas por gazelas).

Em 2017, desenvolviam atividade e tinham sede em Portugal cerca de 430 mil empresas não financeiras. O número de empresas em atividade aumentou 7,0% entre 2013 e 2017. Este aumento foi justificado pela evolução das microempresas, que apresentaram um crescimento acumulado de 6,3% nesse período.

A dimensão média das empresas criadas em cada ano diminuiu entre 2013 e 2017. Em média, as empresas que iniciaram atividade em 2017 geraram 69 mil euros de volume de negócios e empregavam 1,7 pessoas ao serviço, menos 11 mil euros e 0,3 pessoas ao serviço do que as que iniciaram atividade em 2013.

Também a dimensão média das empresas que cessaram atividade diminuiu no período em análise. Em 2017, em média, estas empresas geraram 70 mil euros de volume de negócios e empregavam 1,8 pessoas ao serviço, menos 18 mil euros e 0,9 pessoas ao serviço do que as empresas que cessaram atividade em 2013.

Todos os setores de atividade económica registaram um aumento do número de empresas em atividade entre 2013 e 2017, com exceção da construção (redução de 4,3%). A agricultura e pescas apresentou o maior crescimento no período analisado (31,3%), seguindo-se os outros serviços (13,2%).

O aumento do número de empresas em atividade entre 2013 e 2017 foi transversal às várias regiões do país. A região Norte e a área metropolitana de Lisboa foram as regiões que mais contribuíram para o crescimento acumulado de 7,0% do número de empresas em atividade no período em análise (contributos de 2,9 pp e 2,0 pp, respetivamente).

Das empresas que iniciaram a sua atividade em 2013, 74% permaneciam em atividade em 2017, ou seja, ao fim de quatro anos de atividade. A área metropolitana de Lisboa registava as menores taxas de sobrevivência: das empresas criadas em 2013 nesta região, 70% sobreviveram ao fim de quatro anos de atividade.

Em 2017, das cerca de 430 mil empresas em atividade com sede em Portugal, perto de 21 mil eram EEC. Cerca de um quinto das EEC (4,4 mil empresas) eram classificadas como gazelas, por terem até cinco anos de atividade.

As gazelas correspondiam a 1% do número de empresas, 1% do volume de negócios e a 2% do número de pessoas ao serviço do total das empresas em Portugal, em 2017. Quando considerado o conjunto das EEC, as gazelas representavam 21% do número de empresas, 11% do volume de negócios e 16% do número de pessoas ao serviço. A relevância das gazelas no conjunto das EEC diminuiu em relação a 2013 (3 pp em número de empresas, 2 pp em volume de negócios e 0,3 pp em número de pessoas ao serviço). Quando considerado o peso no total das empresas, no entanto, registou-se um aumento em todos os indicadores (0,5 pp no número de empresas, 0,2 pp no volume de negócios e 0,7 pp no número de pessoas ao serviço).

O conjunto das gazelas era maioritariamente constituído por microempresas (72%, que compara com 89% no total das empresas e 67% nas EEC). No entanto, as pequenas e médias empresas, representativas de 28% das gazelas, eram responsáveis pela maior parcela do volume de negócios (58%) e de pessoas ao serviço (61%). Esta classe de dimensão assumia maior relevância nas gazelas do que no total das empresas (43% e 45%, respetivamente) e nas EEC (55% e 57%, respetivamente).

À semelhança do observado no total das empresas e nas EEC, o setor dos outros serviços agregava a maior parcela de empresas e de pessoas ao serviço das gazelas em 2017 (43% e 47%, respetivamente). O setor do comércio e os outros serviços eram responsáveis pelas maiores percentagens do volume de negócios (37% e 33%, respetivamente).

Em 2017, 23% do volume de negócios do conjunto das gazelas tinha origem no mercado externo (22% no total das empresas e 21% nas EEC).

Tal como observado no total das empresas e nas EEC, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) representava a maior parcela dos gastos associados à atividade operacional do conjunto das gazelas em 2017.

A rendibilidade dos capitais próprios era superior no conjunto das gazelas, comparativamente à registada no conjunto das EEC e no total das empresas. A margem operacional (EBITDA/rendimentos), no entanto, era inferior. Já a margem líquida era inferior à do conjunto das EEC, mas semelhante à observada no total das empresas.

Em 2017, o conjunto das gazelas apresentava uma autonomia financeira inferior à do conjunto das EEC e à do total das empresas. A dívida remunerada apresentava menor preponderância na estrutura de passivo das gazelas, as quais apresentavam igualmente uma menor pressão financeira.

I Índice

Nota prévia | 3

Sumário | 5

I Análise do dinamismo empresarial em Portugal | 9

1 Introdução | 11

2 Demografia das empresas em Portugal | 13

2.1 Natalidade e mortalidade | 13

2.1.1 Por classes de dimensão | 14

2.1.2 Por setores de atividade económica | 16

2.1.3 Por localização geográfica | 18

2.2 Sobrevivência | 19

3 Empresas de elevado crescimento e gazelas | 21

3.1 Estrutura | 22

3.1.1 Por classes de dimensão | 23

3.1.2 Por setores de atividade económica | 24

3.1.3 Por localização geográfica | 26

3.1.4 Integração no setor exportador | 27

3.1.5 Concentração empresarial | 29

3.2 Análise económica e financeira | 29

3.2.1 Atividade e rendibilidade | 29

3.2.2 Situação financeira | 34

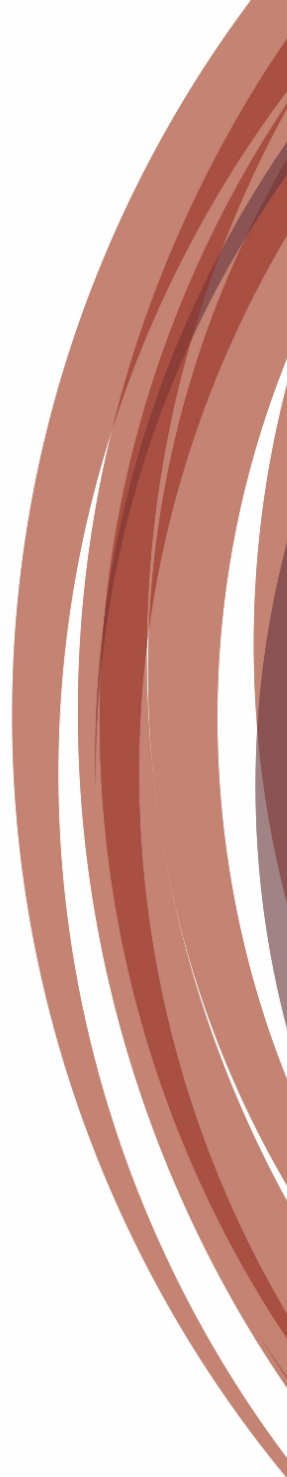
II Anexo | 39

1 Síntese metodológica | 41

Siglas e acrónimos | 43

Referências | 44

Estudos da Central de Balanços | 45





II Análise do dinamismo empresarial em Portugal

- 1 Introdução
- 2 Demografia das empresas
em Portugal
- 3 Empresas de elevado
crescimento e gazelas

1 Introdução

O estudo *Análise do dinamismo empresarial em Portugal* avalia a dinâmica empresarial das sociedades não financeiras (SNF¹) residentes em Portugal, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal². É destacado o desempenho das empresas de elevado crescimento (EEC), em particular das empresas mais jovens (até cinco anos de atividade, também designadas por gazelas).

O conceito de dinamismo empresarial não tem uma definição precisa, única e objetiva. Neste estudo procura analisar-se o dinamismo empresarial em Portugal tendo em consideração a demografia das empresas e o seu crescimento. Assim, este estudo é especificamente orientado para uma análise da demografia das empresas não financeiras, tendo em conta a variação do número de empresas em atividade e a evolução dos respetivos indicadores de sobrevivência. É ainda efetuada a identificação e análise do conjunto de empresas classificadas como EEC e como gazelas, com base na informação do universo de referência das sociedades não financeiras do Banco de Portugal³. Foram consideradas EEC as empresas que apresentavam uma taxa de crescimento média anualizada do volume de negócios, para um período de três anos consecutivos, superior a 20%⁴. O conjunto das gazelas era composto pelas EEC que tinham até cinco anos de atividade.

¹ O setor das sociedades não financeiras (SNF) constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

² A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São adicionalmente consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*.

³ O universo de referência das sociedades não financeiras é uma base de dados que integra, para todas as empresas não financeiras residentes em Portugal, um conjunto de informação estrutural (NIPC, setor de atividade localização da sede, entre outras) e conjuntural (volume de negócios anual, total do ativo, pessoas ao serviço e capital social). O *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* contém informação detalhada sobre as fontes de informação da Central de Balanços.

⁴ Como definido no *Eurostat – OECD Manual on Business Demography Statistics*, as empresas de elevado crescimento caracterizam-se por terem uma taxa de crescimento média anualizada, para um período de três anos consecutivos, superior a 20%. Considerou-se o volume de negócios como variável para o cálculo da taxa. Para mais informação deve ser consultado o Capítulo 3 do presente estudo, bem como a síntese metodológica.

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas⁵ não financeiras, apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal⁶. Através da exploração dos dados microeconómicos procura também detalhar-se o comportamento da generalidade das empresas com base nas classificações adotadas.

No Capítulo 2 são analisados alguns indicadores relativos à demografia das empresas no período 2013-2017, quer em termos agregados, quer tendo em conta a sua repartição por setores de atividade, classes de dimensão e localização geográfica das sedes sociais.

No Capítulo 3 analisa-se a estrutura e o dinamismo do subconjunto de empresas não financeiras caracterizadas como EEC e como gazelas. É ainda analisada a evolução recente da atividade económica e financeira destas empresas e procura determinar-se em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Por fim, analisa-se também a sua estrutura de financiamento.

Em anexo apresenta-se uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados. No *site* do Banco de Portugal estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas.

Na área “Empresas” do *site* do Banco de Portugal, cada empresa pode obter o seu Quadro da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto indicadores. No *site* do Banco de Portugal é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos *Quadros do Setor*, que possibilitam a obtenção de informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores relativamente a qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

⁵ Por uma questão de simplificação utilizaram-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade não financeira” (SNF) de forma indiferenciada; ambas as expressões se referem ao conjunto das SNF definidas na Nota 1.

⁶ As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no *Boletim Estatístico* do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos *Quadros do Setor*, ambos disponíveis no *site* do Banco de Portugal na internet.

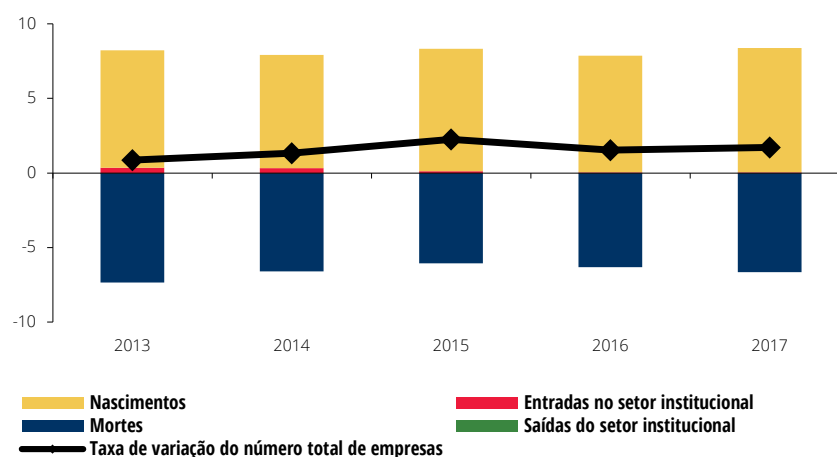
2 Demografia das empresas em Portugal

O presente Capítulo foca a temática do dinamismo empresarial em Portugal a partir da análise da demografia empresarial, tendo em conta a criação e a cessação de empresas, mas também a sua resiliência ao longo do tempo.

2.1 Natalidade e mortalidade

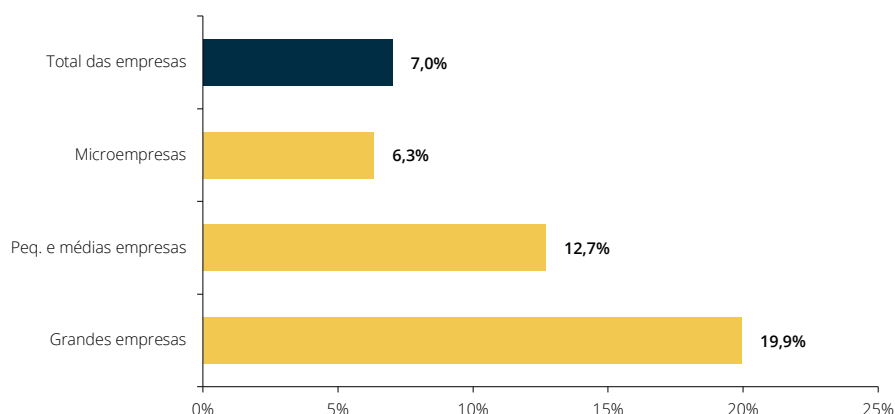
Em 2017, desenvolveram a sua atividade em Portugal cerca de 430 mil empresas não financeiras. Em comparação com o ano anterior, o número de empresas em atividade aumentou 1,7% (Gráfico I.2.1).

Gráfico I.2.1 • Número de empresas | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem)⁷



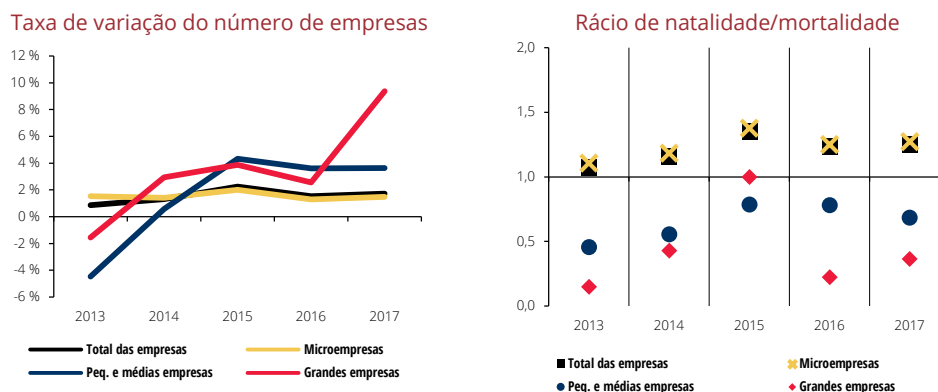
Nesse ano, por cada empresa que cessou atividade foram criadas 1,3 empresas. O rácio de natalidade/mortalidade superou de forma sistemática a unidade no período entre 2013 e 2017, tendo atingido o seu valor mais elevado em 2015 (rácio de 1,4). Em consequência, o número de empresas em atividade em Portugal aumentou 7,0% entre 2013 e 2017 (Gráfico I.2.2).

⁷ Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

Gráfico I.2.2 • Taxa de variação do número de empresas entre 2013 e 2017 | Por classes de dimensão**2.1.1 Por classes de dimensão⁸**

O aumento do número de empresas entre 2013 e 2017 foi transversal a todas as classes de dimensão. Nesse período, registou-se um crescimento acumulado de 6,3% nas microempresas, de 12,7% nas pequenas e médias empresas e de 19,9% nas grandes empresas.

O número de microempresas apresentou taxas de variação anuais positivas em todo o período 2013-2017. Nas pequenas e médias empresas e nas grandes empresas, o mesmo só não se verificou em 2013 (Gráfico I.2.3).

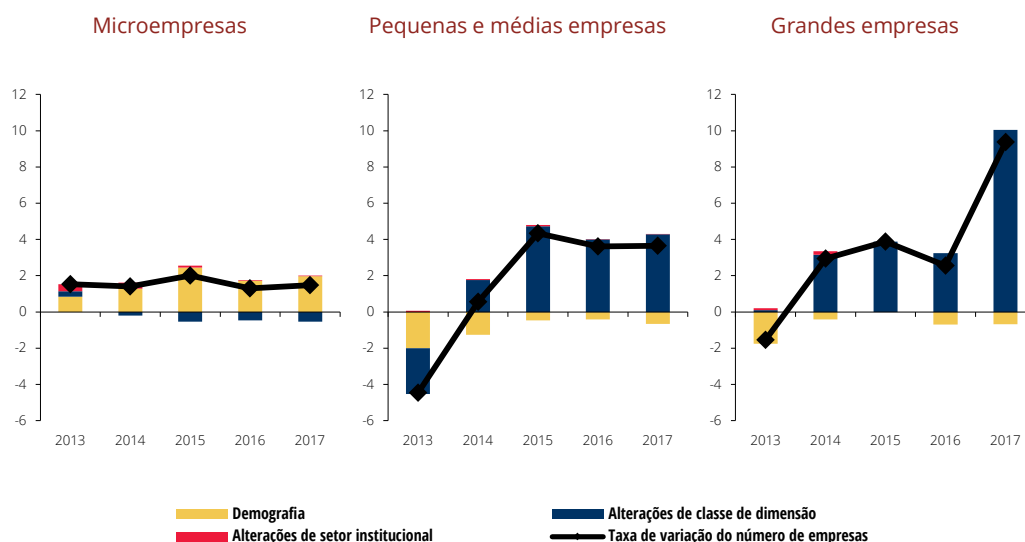
Gráfico I.2.3 • Taxa de variação do número de empresas e rácio de natalidade/mortalidade | Por classes de dimensão

Adicionalmente, as microempresas foram a única classe de dimensão a registar rácios de natalidade/mortalidade superiores à unidade no período analisado. Em oposição, as pequenas e médias empresas apresentaram rácios de natalidade/mortalidade inferiores a 1 em todo o período 2013-2017. As grandes empresas registaram um rácio inferior a 1 em todos os períodos, exceto 2015. Esta situação evidencia que o aumento do número de pequenas e médias empresas e de grandes empresas não resultou de diferenciais positivos entre os números de empresas criadas e cessadas de cada classe de dimensão, mas do contributo das mudanças de classes de

⁸ A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em Anexo.

dimensão (Gráfico I.2.4). A título de exemplo, cerca de 12% das grandes empresas em atividade em 2017 eram pequenas e médias empresas no ano anterior, enquanto 2% das grandes empresas em atividade em 2016 passaram a integrar, em 2017, o conjunto das pequenas e médias empresas.

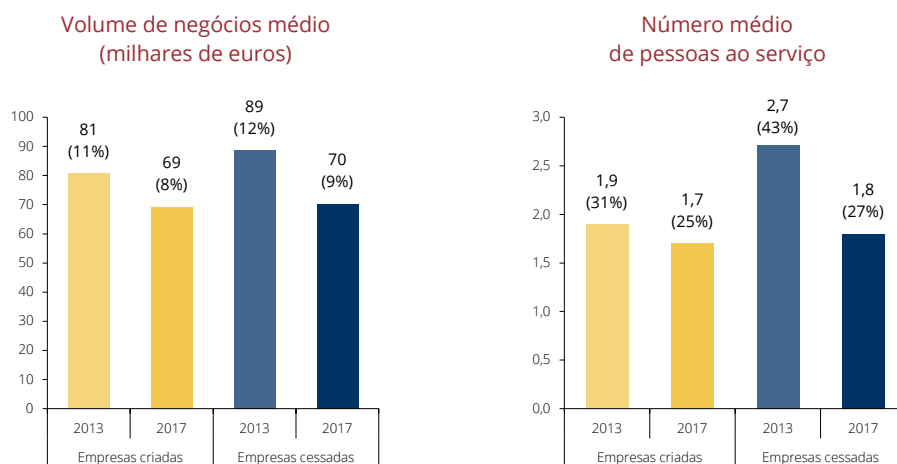
Gráfico I.2.4 • Taxa de variação do número de empresas (em percentagem) e contributos (em pontos percentuais) | Por classes de dimensão



Nota: A componente “Demografia” representa o contributo líquido dos nascimentos e das mortes para a variação associada a cada classe de dimensão.

É igualmente notório o facto de a dinâmica observada no total das empresas ter sido determinada pelo dinamismo das microempresas, classe com o maior peso relativo no total das empresas. Em 2017, nas microempresas, foram criadas 13 empresas por cada 10 que cessaram atividade, tal como no total das empresas. Nas pequenas e médias empresas foram criadas 7 empresas por cada 10 que cessaram atividade, enquanto nas grandes empresas foram criadas 4 empresas por cada 10 que cessaram atividade (evolução eminentemente associada a empresas dos outros serviços).

A dimensão média das empresas criadas em cada ano diminuiu entre 2013 e 2017. Em média, as empresas que iniciaram atividade em 2017 geraram 69 mil euros de volume de negócios e empregavam 1,7 pessoas ao serviço (Gráfico I.2.5). Em comparação, as empresas criadas em 2013 geraram, nesse ano, 81 mil euros de volume de negócios e empregavam 1,9 pessoas ao serviço. Estes valores eram, em qualquer dos anos, substancialmente inferiores aos registados pela empresa média nacional.

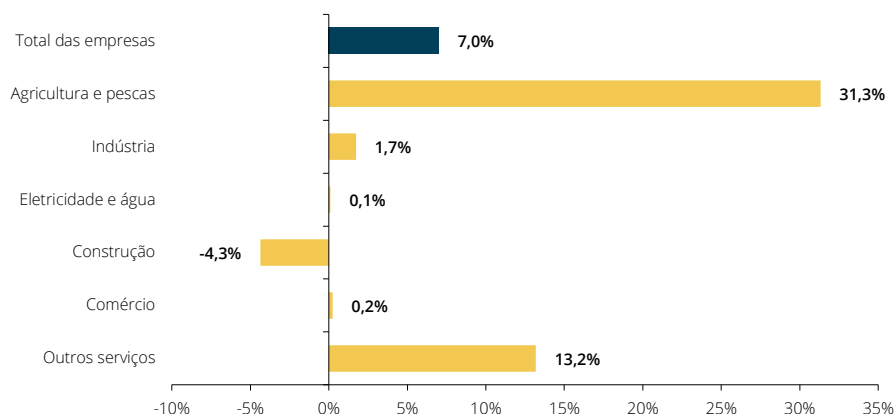
Gráfico I.2.5 • Empresas criadas e empresas cessadas | Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço

Nota: Entre parênteses é apresentado o valor relativo tendo em consideração o volume de negócios e o número de pessoas ao serviço da empresa média nacional (igual a 100%).

Também a dimensão média das empresas que cessaram atividade diminuiu no período em análise. Em 2017, em média, estas empresas geraram 70 mil euros de volume de negócios e empregavam 1,8 pessoas ao serviço. Já em 2013, em média, as empresas que cessaram atividade nesse ano geraram 89 mil euros de volume de negócios e empregavam 2,7 pessoas ao serviço. Este conjunto de empresas apresentava também, em cada um dos anos, valores médios de volume de negócios e de pessoas ao serviço inferiores aos da empresa média nacional, mas superiores aos valores médios das empresas criadas.

2.1.2 Por setores de atividade económica

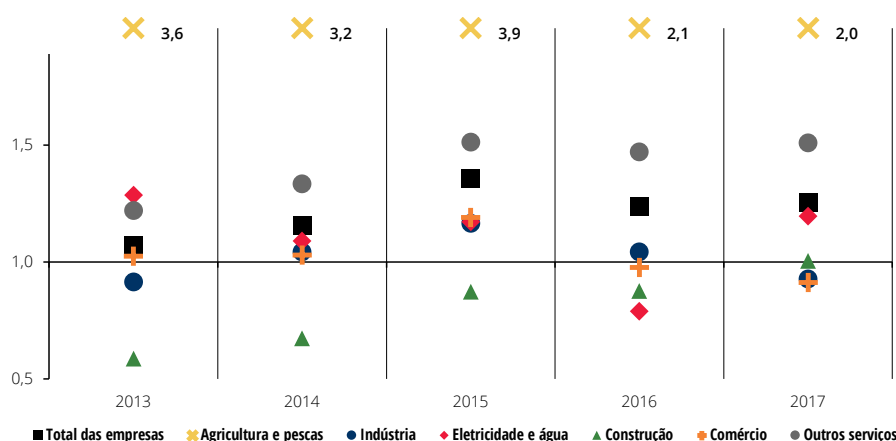
Todos os setores de atividade económica registaram um aumento do número de empresas em atividade entre 2013 e 2017, com exceção da construção (redução de 4,3%). A agricultura e pescas apresentou o maior crescimento no período analisado (31,3%), seguindo-se os outros serviços (13,2%) (Gráfico I.2.6).

Gráfico I.2.6 • Taxa de variação do número de empresas entre 2013 e 2017 | Por setores de atividade económica

O crescimento do número de empresas em atividade na indústria no período 2013-2017 (1,7%) representou uma inversão face à evolução registada entre 2007 e 2012 (redução de 3% do número de empresas do setor). Neste período, apenas a construção registou igualmente uma redução do respetivo número de empresas (-5,7%, variação mais negativa que a registada entre 2013 e 2017). Já na eletricidade e água, o acentuado dinamismo ao nível do número de empresas em atividade registado entre 2007 e 2012 (aumento do número de empresas do setor de 32,4%) deu lugar a uma estabilização do número de empresas do setor entre 2013 e 2017.

O rácio de natalidade/mortalidade do setor da agricultura e pescas apresentou valores superiores a 2 em todo o período analisado (Gráfico I.2.7). Este rácio atingiu, inclusivamente, valores superiores a 3 entre 2012 e 2015. Também os outros serviços apresentaram rácios de natalidade/mortalidade superiores à unidade em todo o período 2013-2017. Em oposição, o setor da construção registou rácios de natalidade/mortalidade inferiores à unidade entre 2013 e 2016.

Gráfico I.2.7 • Rácio de natalidade/mortalidade | Por setores de atividade económica



Na indústria, apesar de grande parte das atividades que compõem o setor ter registado rácios inferiores à unidade no período em análise, era possível identificar algumas atividades com maior dinamismo: a divisão 11 (indústria das bebidas), por exemplo, apresentou rácios de natalidade/mortalidade superiores a 1,5 em todo o período 2013-2017. Já nos outros serviços foram várias as divisões que registaram rácios de natalidade/mortalidade superiores a 1,5 em todo o período analisado, destacando-se, pelo seu peso no setor, as divisões 55 (alojamento), 62 (consultoria, programação informática e atividades relacionadas) e 70 (atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão) da CAE-Rev. 3.

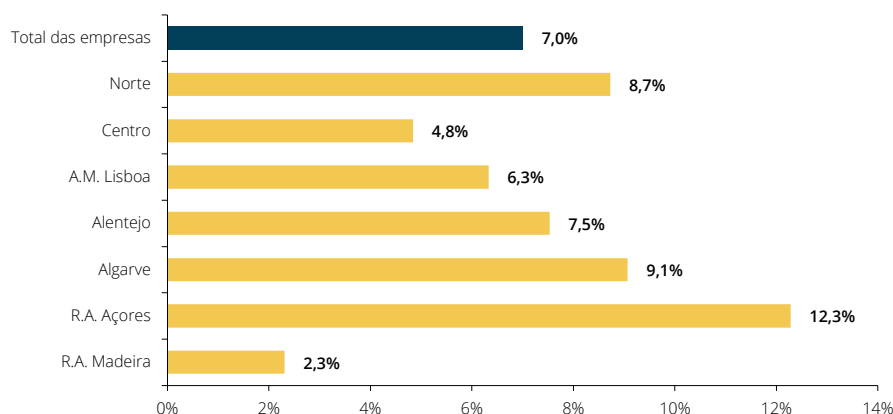
Em 2017, a agricultura e pescas, a eletricidade e água e os outros serviços foram os únicos setores a apresentar um rácio de natalidade/mortalidade superior a 1. Na agricultura e pescas foram criadas 20 novas empresas por cada 10 empresas que cessaram atividade. Nos outros serviços foram criadas 15 empresas por cada 10 que encerraram atividade, enquanto na eletricidade e água foram criadas 12 empresas por cada 10 que cessaram atividade.

Pelo contrário, na indústria e no comércio, por cada 9 empresas criadas, 10 cessaram atividade em 2017. Na construção, o rácio de natalidade/mortalidade foi igual a 1. É de salientar que, neste setor, esta é a primeira vez desde 2007 que se observa um rácio não inferior a 1.

2.1.3 Por localização geográfica

Todas as regiões⁹ do país registaram uma variação positiva do número de empresas em atividade entre 2013 e 2017 (Gráfico I.2.8).

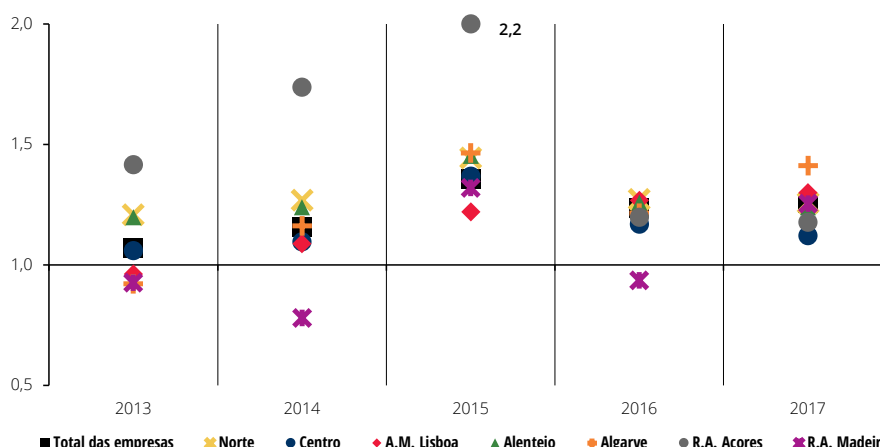
Gráfico I.2.8 • Taxa de variação do número de empresas entre 2013 e 2017 | Por localização geográfica das sedes das empresas (NUTS-II)



A região Norte e a área metropolitana de Lisboa foram as regiões que mais contribuíram para o crescimento acumulado de 7,0% do número de empresas em atividade no período em análise (contributos de 2,9 pp e 2,0 pp, respetivamente).

As regiões Norte, Centro, Alentejo e a Região Autónoma dos Açores apresentaram rácios de natalidade/mortalidade superiores a 1 em todo o período entre 2013 e 2017 (Gráfico I.2.9). Por sua vez, a área metropolitana de Lisboa e a região do Algarve só não igualaram este desempenho em 2013.

Gráfico I.2.9 • Rácio de natalidade/mortalidade | Por localização geográfica das sedes das empresas (NUTS-II)



Em 2017, o rácio de natalidade/mortalidade foi superior à unidade em todas as regiões, com valores entre 1,1, na região Centro, e 1,4, na região do Algarve.

⁹ A localização geográfica refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Para tal, considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, área metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

2.2 Sobrevivência

Uma outra forma de avaliar o dinamismo do tecido económico passa pela análise da resiliência das empresas que o compõem, nomeadamente através do apuramento de taxas de sobrevivência. Independentemente do nível de rotatividade das respetivas empresas (aferido com base no número de empresas criadas e no número de empresas que cessam atividade em cada ano), importa igualmente avaliar a capacidade das empresas permanecerem em atividade de ano para ano.

Os dados indicam que 96% das empresas que iniciaram a sua atividade em 2013 (referencial para esta análise) sobreviveram ao seu primeiro ano de atividade (Gráfico I.2.10). Após o segundo ano de atividade, a taxa de sobrevivência era de 88%. Em 2017, i.e., quatro anos após o início de atividade, permaneciam ativas 74% das empresas criadas em 2013.

Gráfico I.2.10 • Taxas de sobrevivência das empresas criadas em 2013 | Por classes de dimensão, setores de atividade económica e localização geográfica



Nota: A informação relativa à classe de dimensão “Grandes empresas” foi omitida, tendo em conta o diminuto número de empresas criadas em 2013 associadas a esta classe de dimensão. Os gráficos representam a série associada a cada agregado (a cheio), bem como a série relativa ao total das empresas (linha exterior a cinza).

As taxas de sobrevivência apuradas com base no conjunto de empresas criadas em 2013 não são distintas das contabilizadas quando considerados os conjuntos de empresas criadas noutros períodos. A taxa de sobrevivência a um ano das empresas criadas em qualquer dos anos do período 2013-2016 (último período para o qual esta taxa pode ser calculada) oscilou entre 95% e 96%. Da mesma forma, a título de exemplo, a taxa de sobrevivência após quatro anos de atividade oscilou entre 71% e 74% para as empresas criadas entre 2009 e 2013.

As taxas de sobrevivência das microempresas e das pequenas e médias empresas eram, na generalidade, semelhantes. Constituía exceção a taxa de sobrevivência a dois anos. Das microempresas criadas em 2013, 88% sobreviveram ao segundo ano de vida, enquanto nas pequenas e médias empresas a taxa de sobrevivência foi de 91%.

Por setores de atividade económica, a agricultura e pescas e a eletricidade e água foram os setores que apresentaram as maiores taxas de sobrevivência. Das empresas criadas em 2013 nestes setores, 97% sobreviveram ao primeiro ano de vida e 82% continuavam em atividade ao fim de quatro anos. Também a indústria registou taxas de sobrevivência superiores às do total das empresas. O comércio e os outros serviços apresentaram as menores taxas de sobrevivência ao fim de quatro anos de atividade: das empresas associadas a estes setores de atividade que iniciaram atividade em 2013, continuavam em atividade ao fim de quatro anos 73% das empresas do comércio e 74% das empresas dos outros serviços.

Por localização geográfica das sedes sociais das empresas, a Região Autónoma dos Açores e as regiões do Alentejo e do Centro registaram as maiores taxas de sobrevivência ao fim de quatro anos de atividade. Das empresas criadas em 2013, 79% continuavam em atividade ao fim de quatro anos na Região Autónoma dos Açores, 78% no Alentejo e 77% na região Centro. Em contraponto, a área metropolitana de Lisboa registou as menores taxas de sobrevivência: das empresas criadas em 2013 nesta região, 70% encontravam-se em atividade após o quarto ano de atividade.

3 Empresas de elevado crescimento e gazelas

Na medida em que a dinâmica empresarial pode ser avaliada igualmente atendendo à expansão da atividade das empresas que compõem o tecido empresarial, é efetuada neste Capítulo uma análise do conjunto de empresas que registam os níveis de crescimento mais significativos. São analisadas em maior detalhe as empresas que, tendo registado elevados níveis de crescimento, estão há menos anos em atividade.

Diferentes critérios podem ser considerados de forma a apurar estes conjuntos de empresas. Neste estudo utilizou-se como critério para a identificação das empresas de elevado crescimento (EEC) o crescimento do volume de negócios, pois admite-se que esta variável permite uma maior ligação entre a referida classificação e a análise das componentes patrimoniais das EEC e da evolução da respetiva atividade (elementos avaliados em maior detalhe no âmbito da presente análise).

De resto, o *Eurostat – OECD Manual on Business Demography Statistics* (2007) propõe que sejam classificadas como EEC as empresas que registem uma taxa de crescimento média anualizada, para um período de três anos consecutivos, superior a 20%, podendo o crescimento ser medido em termos do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço. As gazelas são o subconjunto das EEC que inclui as empresas até aos cinco anos de atividade.

A adoção de um critério similar baseado na evolução do número de pessoas ao serviço (como indicado, por exemplo, no Regulamento da UE n.º 439/2014¹⁰) permite uma maior ligação entre o dinamismo das entidades identificadas e a análise de questões ligadas com a criação de emprego ou a produtividade do trabalho, não sendo esse, no entanto, o objeto de análise do presente estudo.

Importa notar ainda que a implementação do mesmo critério com base na evolução do número de pessoas ao serviço, assumida frequentemente neste tipo de análises também por assegurar uma maior comparabilidade internacional dos dados, pressupõe a adoção de um limiar mínimo de pessoas ao serviço para que a empresa possa ser classificada como EEC. No caso de Portugal, tendo em conta que a vasta maioria das empresas são microempresas, a adoção de um critério que restrinja um número mínimo de pessoas ao serviço para a aplicação da referida classificação implicaria, necessariamente, que uma parte relevante do tecido empresarial português não pudesse ser considerada no âmbito desta análise¹¹.

Consequentemente, importa ter em consideração, na análise dos dados apresentados, a opção assumida pela utilização do crescimento do volume de negócios como critério para a

¹⁰ Tendo em conta as recomendações do Regulamento da UE n.º 439/2014, o Eurostat divulga informação (cujo reporte, da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística, é obrigatório no âmbito do apuramento das estatísticas estruturais das empresas) relativa a empresas de elevado crescimento definidas com base no crescimento anual médio do número de pessoas ao serviço superior a 10%, durante um período de três anos consecutivos, desde que as empresas registem pelo menos 10 pessoas ao serviço no primeiro ano do período. Divulga ainda dados relativos a empresas que registem um crescimento médio anual superior a 20% (medido em termos do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço), num período de três anos consecutivos, e que detenham pelo menos 5 ou 10 pessoas ao serviço no início do período, sendo esta informação reportada de forma voluntária. Para mais informação, pode ser consultada a metainformação disponível no site do Eurostat, em https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/bd_esms.htm.

¹¹ De forma a evitar que uma empresa possa ser classificada como EEC apenas por apresentar valores residuais de pessoas ao serviço e de volume de negócios e a garantir que esta classificação decorre de razões orgânicas associadas à evolução da atividade das empresas, foram considerados alguns limiares mínimos para a definição do conjunto potencial de EEC (ao nível do número de pessoas ao serviço e do volume de negócios gerado). Foram ainda excluídas empresas associadas a fenómenos específicos que pudessem condicionar esta classificação (empresas em início de atividade, que registaram acontecimentos marcantes, etc.). Na síntese metodológica são apresentados detalhadamente os critérios considerados na determinação do conjunto de EEC.

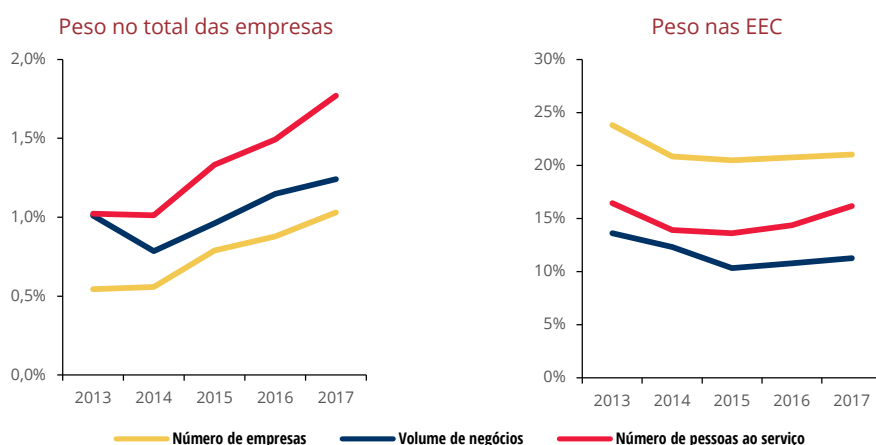
determinação das EEC, na medida em que esta opção conduz ao apuramento de um maior número de empresas (por comparação com a utilização de um critério assente no número de pessoas ao serviço), que podem apresentar características distintas das observadas tendo em conta a implementação de critérios alternativos.

3.1 Estrutura

Em 2017, das cerca de 430 mil empresas em atividade em Portugal, perto de 21 mil (5% do total) eram empresas de elevado crescimento (EEC), ou seja, apresentavam uma taxa de crescimento média anualizada do volume de negócios, por um período de três anos consecutivos, superior a 20%. Cerca de um quinto das EEC (4,4 mil empresas) tinham até cinco anos de atividade e eram, por esse motivo, classificadas como gazelas.

Em 2017, as gazelas correspondiam a 1% das empresas e do volume de negócios do total das empresas em Portugal e a 2% do respetivo número de pessoas ao serviço (Gráfico I.3.1). Quando considerado o conjunto das EEC, o peso das gazelas ascendia a 21%, tendo em conta o número de empresas, a 11% quando considerado o volume de negócios e a 16% atendendo ao número de pessoas ao serviço.

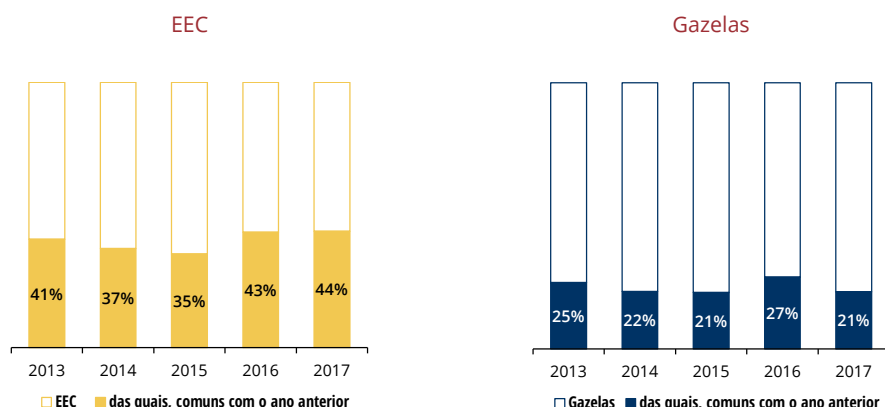
Gráfico I.3.1 • Peso das gazelas no total das empresas e nas EEC



A relevância das gazelas no conjunto das EEC diminuiu em relação a 2013 (3 pp em número de empresas, 2 pp em volume de negócios e 0,3 pp em número de pessoas ao serviço). Quando considerado o peso no total das empresas, no entanto, registou-se um aumento em todos os indicadores (0,5 pp no número de empresas, 0,2 pp no volume de negócios e 0,7 pp no número de pessoas ao serviço).

Na medida em que os critérios associados à classificação das empresas enquanto EEC e gazelas determinam que esta classificação seja conduzida anualmente, a composição destes conjuntos de empresas incorpora a volatilidade inerente ao facto de, em cada ano, existirem empresas que deixam de assumir as referidas classificações e empresas que, em contraponto, passam a ser classificadas como EEC ou gazelas. Em 2017, apenas 44% das empresas classificadas como EEC já eram classificadas desta forma no ano anterior. No conjunto das gazelas, a sobreposição entre os conjuntos de empresas classificadas desta forma em 2017 e 2016 era de apenas 21% (Gráfico I.3.2).

Gráfico I.3.2 • Grau de sobreposição dos conjuntos de EEC e de gazelas | Por comparação com o ano anterior



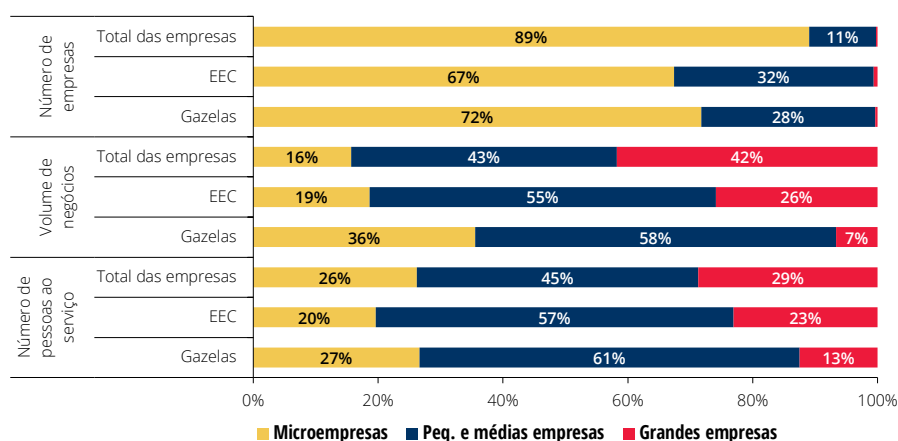
Não obstante, estes conjuntos de empresas apresentam algumas características estruturais que serão alvo da análise apresentada neste Capítulo (ao nível da sua composição por classes de dimensão, por setores de atividade económica e mesmo no que respeita ao desempenho associado a alguns indicadores económico-financeiros).

3.1.1 Por classes de dimensão

Estrutura

Em 2017, 72% das gazelas eram microempresas, uma parcela inferior à assumida por esta classe de dimensão no total das empresas (89%), mas superior à registada nas EEC (67%) (Gráfico I.3.3). Quando considerado o seu peso tendo em conta o volume de negócios, as microempresas eram mais relevantes no conjunto das gazelas do que no total das empresas e nas EEC (36%, que compara com 16% e 19%, respetivamente).

Gráfico I.3.3 • Estruturas | Por classes de dimensão (2017)



As pequenas e médias empresas representavam 28% das gazelas e eram responsáveis pela maior parcela do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço deste conjunto de empresas, à semelhança do verificado no total das empresas e nas EEC. Esta classe de dimensão assumia,

no entanto, maior destaque no conjunto das gazelas (58% do volume de negócios e 61% das pessoas ao serviço), do que no total das empresas (43% e 45%, respetivamente) e nas EEC (55% e 57%, respetivamente).

As grandes empresas apresentavam menor relevância nas gazelas, no que se refere ao volume de negócios (7%) e ao número de pessoas ao serviço (13%), em comparação com o observado no total das empresas e nas EEC (42% e 29% no total das empresas, e 26% e 23% nas EEC, respetivamente).

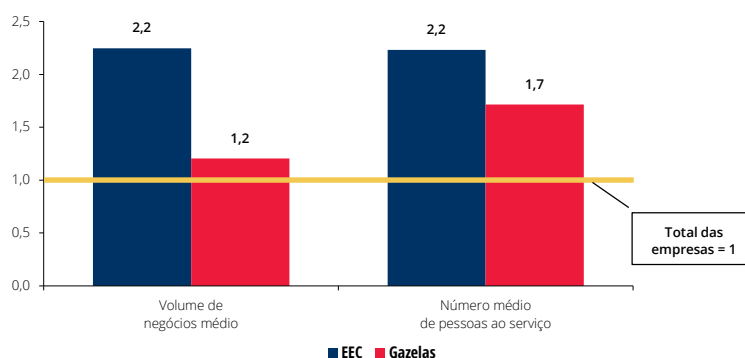
Peso relativo

Para além da repartição deste conjunto de empresas por classes de dimensão, analisa-se igualmente o peso relativo que estas empresas assumiam no total das empresas de cada classe de dimensão.

Em 2017, 2,7% das pequenas e médias empresas eram gazelas, um peso superior ao assumido por este tipo de empresas no conjunto das microempresas e das grandes empresas (0,8% e 1,6%, respetivamente). O peso das gazelas também era superior no conjunto das pequenas e médias empresas quando considerado o respetivo número de pessoas ao serviço (2,4%, que compara com 1,8% nas microempresas e 0,8% nas grandes empresas). Já em termos do volume de negócios, as gazelas assumiam maior relevância no conjunto das microempresas (2,8% do volume de negócios gerado por empresas desta classe de dimensão, peso que compara com 1,7% nas pequenas e médias empresas e 0,2% nas grandes empresas).

O diferencial entre a dimensão média das empresas classificadas como gazelas e a dimensão média da empresa nacional é evidenciado pelos respetivos volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço. Em 2017, o volume de negócios e o número de pessoas ao serviço das gazelas eram, em média, superiores em 1,2 e 1,7 vezes aos da empresa média nacional, respetivamente (Gráfico I.3.4). Em comparação, as EEC geraram, em termos médios, 2,2 vezes mais volume de negócios e empregavam 2,2 vezes mais pessoas do que a empresa média nacional.

Gráfico I.3.4 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço | Relação com o total das empresas (2017)

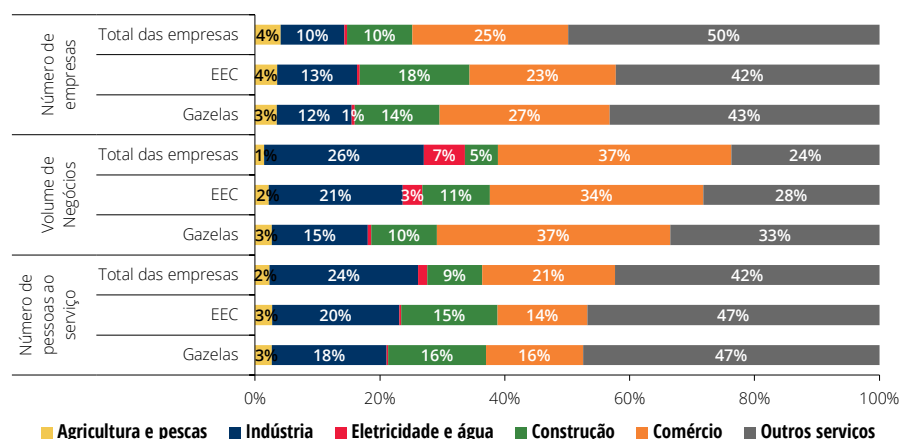


3.1.2 Por setores de atividade económica

Estrutura

O setor dos outros serviços agregava a maior parcela de empresas e de pessoas ao serviço das gazelas em 2017 (43% e 47%, respetivamente) (Gráfico I.3.5). Já quando considerada a estrutura tendo em conta a repartição do volume de negócios, assumia primazia o comércio (37% do volume de negócios associado às gazelas em 2017).

Gráfico I.3.5 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2017)



O peso dos outros serviços nas empresas classificadas como gazelas era, ainda assim, inferior ao observado no total das empresas (50%, quando considerada a repartição por número de empresas). A construção, o comércio e a indústria assumiam, em contrapartida, maior relevância no conjunto das gazelas.

Em termos do volume de negócios, o peso no conjunto das gazelas do setor dos outros serviços (33%) era igualmente superior ao registado no total das empresas (24%), destacando-se o peso da divisão 56 da CAE-Rev.3 (restauração e similares), que agregava 6% do volume de negócios das gazelas. Também o peso da construção era maior nas gazelas (10%) do que no total das empresas (5%). Pelo contrário, o peso da indústria e da eletricidade e água no conjunto das gazelas (15% e 1%) era menor (26% e 7%, respetivamente, no total das empresas).

Relativamente ao número de pessoas ao serviço, para além do maior peso relativo dos outros serviços por comparação com o total das empresas (47%, que compara com 42% no total das empresas), destacava-se a maior relevância da construção (16%, que compara com 9% no total das empresas), em detrimento do comércio e da indústria (pesos de 16% e 18% nas gazelas, que compara com 21% e 24% no total das empresas).

A repartição setorial das gazelas era, em geral, similar à registada nas EEC, destacando-se o menor peso relativo, neste último conjunto de empresas, dos outros serviços, em contraponto com a maior relevância relativa da construção e da indústria, tendo em conta a repartição por número de empresas. Em comparação com o verificado no total das empresas, a construção assumia maior importância quando considerada a repartição do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço das EEC, algo igualmente notório, a respeito deste último indicador, nos outros serviços.

Peso relativo

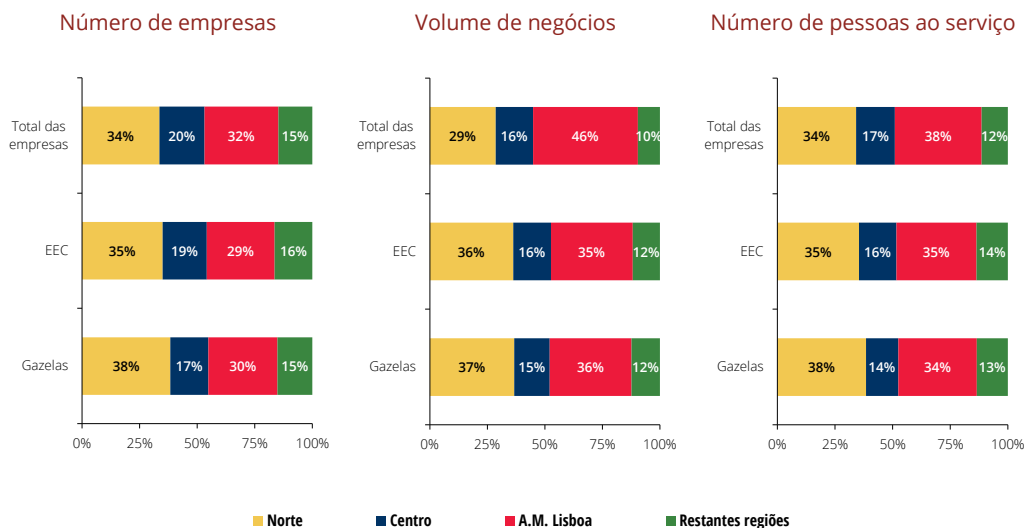
Em 2017, a relevância das gazelas, em número de empresas, variou entre 1,0% (nos outros serviços) e 1,3% (na construção). As gazelas representavam 3,1% do volume de negócios na agricultura e pescas, 2,4% na construção e 2,2% nos outros serviços, valores superiores ao peso que assumiam no total das empresas em 2017 (cerca de 1%). No que respeita ao número de pessoas ao serviço, o peso das gazelas era superior ao assumido no total das empresas (1,8%) nos setores da construção (3,1%), da agricultura e pescas (2,7%) e dos outros serviços (2,4%); a eletricidade e água registava o menor valor a este nível (0,4%).

3.1.3 Por localização geográfica

Estrutura

À semelhança do total das empresas e das EEC, as gazelas apresentavam uma elevada concentração das sedes sociais na região Norte e na área metropolitana de Lisboa. Em 2017, estas regiões agregavam, em conjunto, 68% das gazelas e eram responsáveis por 72% do volume de negócios e 73% do número de pessoas ao serviço das empresas caracterizadas como gazelas (Gráfico I.3.6).

Gráfico I.3.6 • Estruturas | Por localização geográfica (2017)



Contudo, a região Norte assumia maior relevância no conjunto das gazelas, por comparação com o registado no total das empresas e nas EEC. Em 2017, a região Norte agregava 38% das empresas classificadas como gazelas (34% do total das empresas e 35% das EEC), 37% do volume de negócios (29% no total das empresas e 36% nas EEC) e 38% do número de pessoas ao serviço (34% no total das empresas e 35% nas EEC). Em contrapartida, a região Centro apresentava um peso inferior no conjunto das gazelas e a relevância da área metropolitana de Lisboa era também menor por comparação com o observado no total das empresas.

Peso relativo

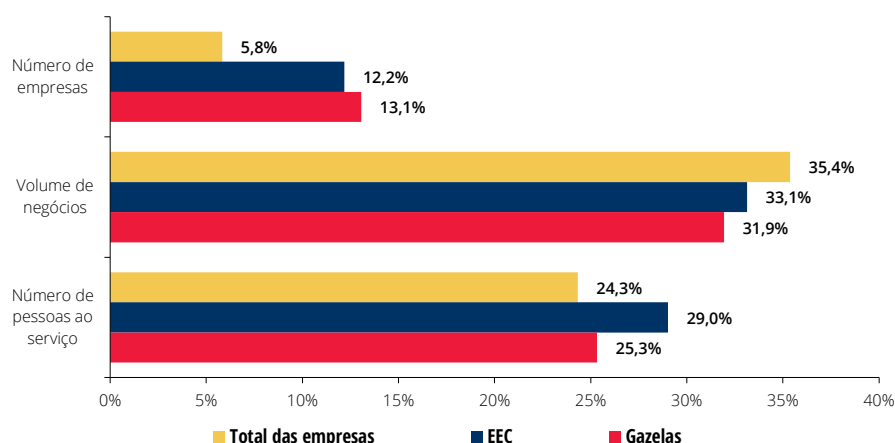
Ao avaliar o peso relativo das gazelas e das EEC no volume de negócios gerado pelas empresas com sede em cada uma das regiões, destacava-se a região do Algarve: as gazelas representavam, em 2017, 2,6% do volume de negócios das empresas com sede nessa região (destacando-se o contributo das gazelas associadas aos outros serviços). O peso das gazelas era também mais assinalável no Norte e no Alentejo, onde representavam 1,6% e 1,5% do volume de negócios gerado pelas empresas aí sediadas, respetivamente.

A região do Algarve destacava-se igualmente quando avaliado o peso das EEC na região; 22% do volume de negócios das empresas com sede no Algarve foi gerado por este conjunto de empresas, em 2017. As EEC com sede no Norte e no Alentejo geraram uma parcela de volume de negócios superior nestas regiões à registada em termos médios quando consideradas todas as empresas com sede no território nacional (pesos das EEC no volume de negócios das empresas com sede nestas regiões de 14% e 13%, respetivamente).

3.1.4 Integração no setor exportador

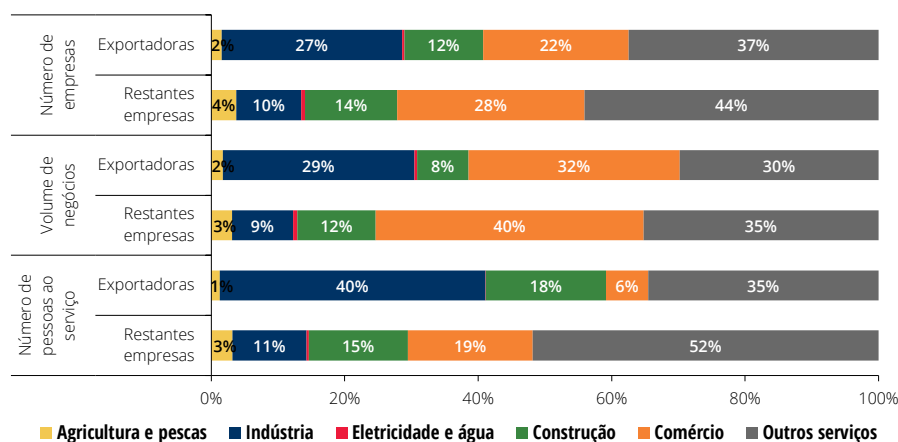
Em 2017, 13% das gazelas integravam o setor exportador¹², valor que compara com 12% nas EEC e 6% no total das empresas (Gráfico I.3.7). O setor exportador era responsável por 32% do volume de negócios e 25% das pessoas ao serviço das empresas classificadas como gazelas (33% e 29% no conjunto das EEC, respetivamente). Em comparação, no total das empresas o setor exportador representava 35% do volume de negócios e 24% das pessoas ao serviço.

Gráfico I.3.7 • Peso do setor exportador (2017)



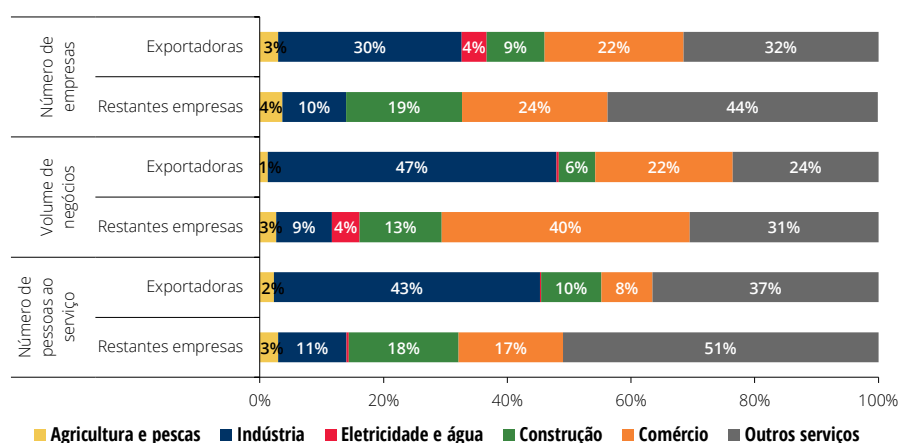
A repartição por setores de atividade económica das empresas exportadoras apresentava diferenças relativamente à exibida pelas empresas não pertencentes ao setor exportador, tanto nas gazelas, como nas EEC e no total das empresas. Os outros serviços e o comércio, apesar de constituírem, em regra, os setores mais relevantes nos conjuntos de empresas analisados, apresentavam um menor peso nas empresas exportadoras, em virtude da maior relevância assumida pela indústria. Em 2017, a indústria representava 27% das empresas, 29% do volume de negócios e 40% das pessoas ao serviço das gazelas do setor exportador, valores 17 pp, 20 pp e 29 pp superiores aos registados quando considerada a estrutura das restantes gazelas, respetivamente (Gráfico I.3.8).

¹² O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros. Uma análise detalhada do setor exportador consta do *Estudo da Central de Balanços n.º 22 – Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015, atualizada em dezembro de 2017 através da *Nota de Informação Estatística n.º 122* 2017.

Gráfico I.3.8 • Estruturas | Gazelas, atendendo à integração no setor exportador, por setores de atividade económica (2017)

Pelo contrário, no que respeita ao volume de negócios, os pesos dos outros serviços e do comércio no conjunto das gazelas associadas ao setor exportador, ainda que superiores aos registados na indústria, eram inferiores em 5 e 8 pp, respetivamente, aos registados quando consideradas as gazelas não pertencentes ao setor exportador.

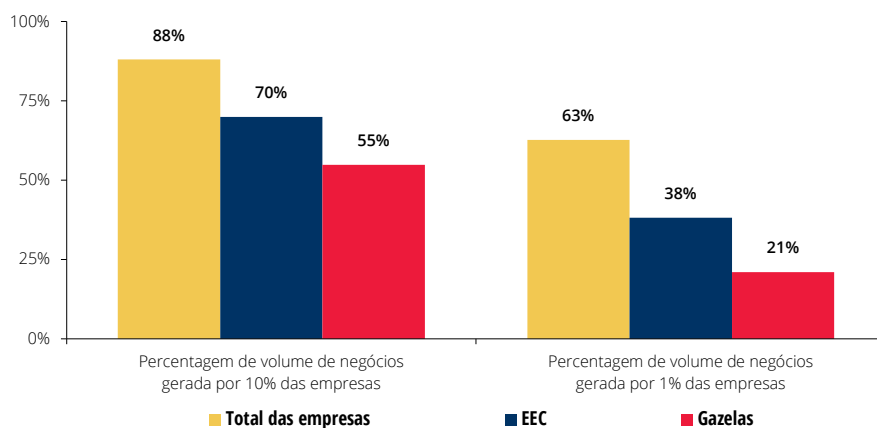
No conjunto das EEC, a indústria também assumia maior relevância no conjunto das empresas exportadoras, por comparação com as restantes empresas. Em 2017, a indústria representava 30% das EEC do setor exportador, 47% do respetivo volume de negócios e 43% das pessoas ao serviço (Gráfico I.3.9). Já o comércio (setor que assumia maior preponderância no conjunto das restantes EEC atendendo ao volume de negócios) era menos relevante no conjunto das EEC que integravam o setor exportador: -18 pp em termos do volume de negócios e -9 pp quando considerado o número de pessoas ao serviço. Também os outros serviços e a construção assumiam menor importância no conjunto das EEC exportadoras, por comparação com o observado nas restantes EEC.

Gráfico I.3.9 • Estruturas | EEC, atendendo à integração no setor exportador, por setores de atividade económica (2017)

3.1.5 Concentração empresarial

O volume de negócios do conjunto das gazelas apresentava, em 2017, uma concentração inferior à registada no total das empresas e no conjunto das EEC. Nesse ano, 10% das gazelas geraram 55% do volume de negócios associado a este tipo de empresas. Em comparação, a proporção de volume de negócios gerada por igual parcela de empresas foi de 88% no total das empresas e de 70% nas EEC (Gráfico I.3.10).

Gráfico I.3.10 • Distribuição do volume de negócios (2017)



No conjunto das gazelas, 1% das empresas foram responsáveis por 21% do volume de negócios agregado, um valor que compara com 63% no total das empresas e 38% no conjunto das EEC, para igual parcela de empresas.

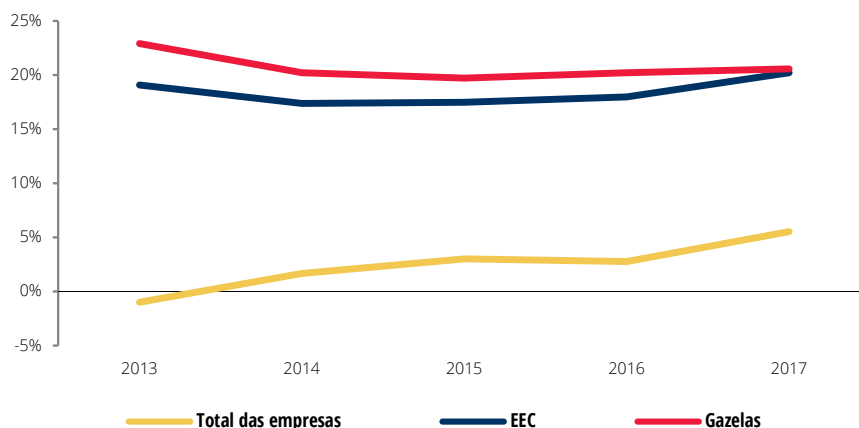
3.2 Análise económica e financeira

3.2.1 Atividade e rendibilidade

Volume de negócios

O maior dinamismo ao nível da evolução do volume de negócios determina, desde logo, a classificação das empresas enquanto EEC ou gazelas. Esse dinamismo é notório através da análise da distribuição das taxas de variação do volume de negócios das empresas que compõem estes agregados (Gráfico I.3.11).

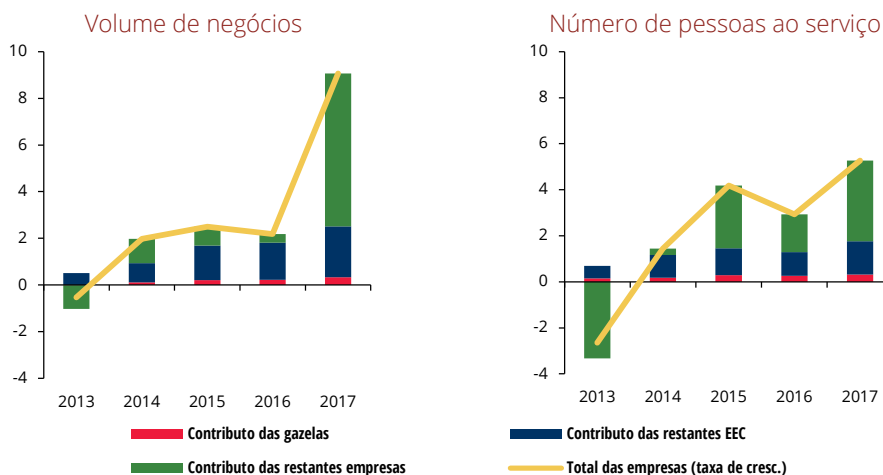
Gráfico I.3.11 • Volume de negócios | Mediana das taxas de variação anuais



Em regra, no período em análise, pelo menos metade das empresas classificadas como gazelas apresentou variações anuais do volume de negócios superiores às registadas por similar parcela do total das empresas e do conjunto de EEC. Em 2017, metade das empresas nacionais registou uma variação anual do volume de negócios inferior a 6%, enquanto metade das empresas classificadas como gazelas evidenciou uma variação anual do volume de negócios superior a 21%¹³.

As gazelas e, em particular, as EEC têm contribuído de forma mais assinalável para o aumento do volume de negócios do total das empresas nos últimos anos (Gráfico I.3.12). O mesmo é verificado ao considerar outras variáveis como o número de pessoas ao serviço ou o volume de exportações.

Gráfico I.3.12 • Volume de negócios e número de pessoas ao serviço | Taxa de variação associada ao total das empresas (em percentagem) e contributos das EEC e das gazelas (em pontos percentuais)



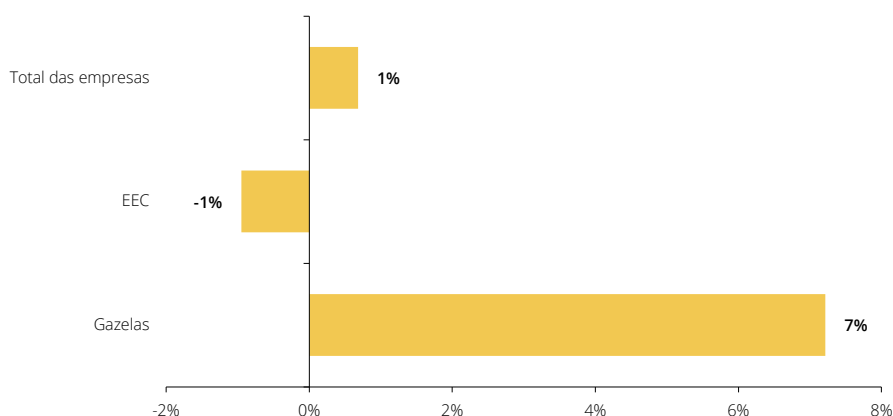
Nota: Os contributos das EEC e das gazelas incorporam a dinâmica associada à classificação anual destes conjuntos de empresas (entradas e saídas de cada um dos conjuntos, bem como o contributo das empresas que mantiveram a mesma classificação em cada par de anos consecutivos).

¹³ Importa notar que a classificação das empresas enquanto EEC (ou gazelas) está associada ao facto de estas empresas registarem uma taxa de crescimento média anualizada do volume de negócios, para um período de três anos consecutivos, superior a 20%. Tal não implica, no entanto, que a variação anual do volume de negócios tenha de ser superior a 20% em todos os anos do período, motivo pelo qual algumas EEC ou gazelas podem apresentar, em alguns anos, uma taxa de variação anual do volume de negócios inferior a este limiar.

Também a relevância do mercado externo permite caraterizar estes conjuntos de empresas (algo já denotado pelo peso das empresas associadas ao setor exportador). Em 2017, 23% do volume de negócios das empresas classificadas como gazelas tinha origem no mercado externo, um peso marginalmente superior ao registado no total das empresas (22%) e no conjunto das EEC (21%) e mais elevado nas gazelas da indústria (ainda que, comparativamente com o total das empresas e com as EEC, as gazelas do comércio e dos outros serviços registassem igualmente maior ligação ao mercado externo).

Apesar da similitude do peso do mercado externo nestes conjuntos de empresas, o diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e fornecimentos e serviços externos (FSE) apresentava valores diferentes nos três conjuntos. Este diferencial era equivalente a 7% do volume de negócios no conjunto das gazelas e a 1% no total das empresas (Gráfico I.3.13). Pelo contrário, nas EEC a componente importada das compras e FSE excedeu em 2017 (pelo segundo ano consecutivo) a componente exportada do volume de negócios, num montante equivalente a 1% do volume de negócios deste conjunto de empresas. No período 2013-2017, o conjunto de empresas classificadas como gazelas registou consistentemente diferenciais positivos superiores a 7% do respetivo volume de negócios anual.

Gráfico I.3.13 • Diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE | Em percentagem do volume de negócios (2017)

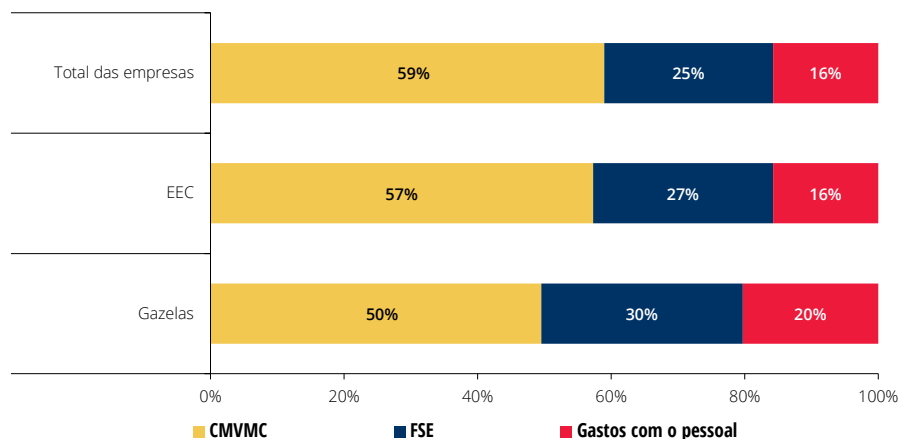


Gastos da atividade operacional¹⁴

Em 2017, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) representava a maior parcela dos gastos associados à atividade operacional do conjunto das gazelas (50%), seguindo-se os FSE (30%) e os gastos com o pessoal (20%) (Gráfico I.3.14).

¹⁴ O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Gráfico I.3.14 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2017)

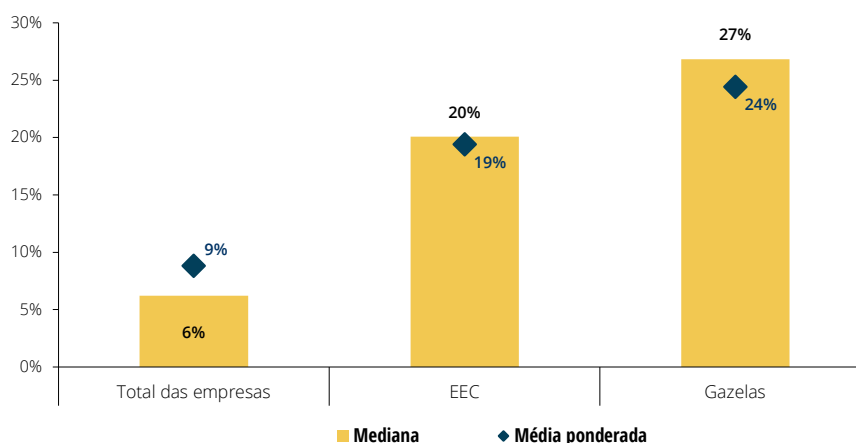


Apesar de o posicionamento relativo destas rubricas ser similar nos conjuntos de empresas em análise, o CMVMC apresentava um peso inferior no conjunto das gazelas (-9 pp e -8 pp, em relação ao total das empresas e ao conjunto das EEC, respetivamente), compensado pela maior relevância dos FSE (+5 pp e +3 pp, respetivamente) e dos gastos com o pessoal (+5 pp, em ambos os casos). Apesar de estes diferenciais terem registado algumas variações no período analisado, o menor peso do CMVMC na estrutura de gastos operacionais das empresas classificadas como gazelas foi observado de forma consistente no período 2013-2017.

Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios¹⁵ do conjunto das gazelas foi de 24% em 2017, um valor superior ao observado no conjunto das EEC (19%) e no total das empresas (9%) (Gráfico I.3.15). A maior rendibilidade dos capitais próprios das empresas classificadas como gazelas, em comparação com as EEC e o total das empresas, verificou-se em todo o período 2013-2017.

Gráfico I.3.15 • Rendibilidade dos capitais próprios | Média ponderada e mediana da distribuição (2017)



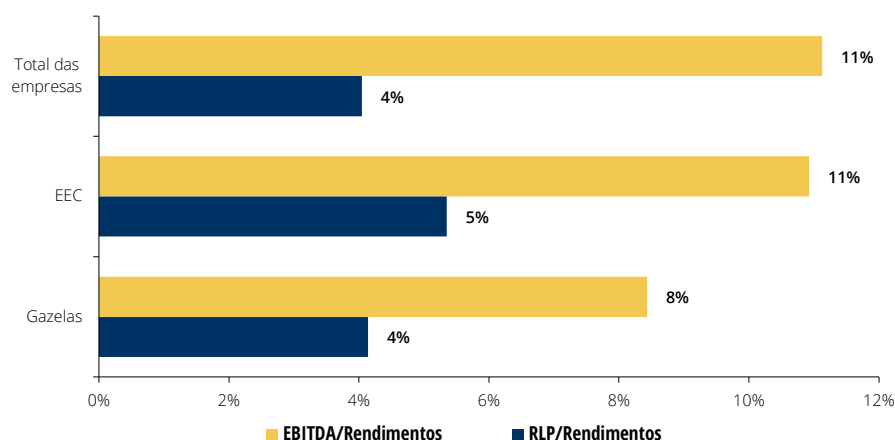
¹⁵ A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

O valor médio da rentabilidade dos capitais próprios das gazelas foi, ainda assim, inferior, em 2017, ao valor registado por, pelo menos metade, das respetivas empresas (rentabilidade mediana de 27%). O diferencial entre a rentabilidade dos capitais próprios agregada e o valor mediano deste indicador era, no conjunto das EEC, de 1 pp, e de 3 pp no total das empresas (metade das empresas registou, em 2017, uma rentabilidade dos capitais próprios inferior a 6%).

A repartição setorial das EEC, das gazelas e do total das empresas contribui para que os indicadores económico-financeiros analisados nesta Secção revelem distintos desempenhos. Ao decompor estes diferenciais é possível avaliar qual o contributo associado às características intrínsecas de cada conjunto de empresas e qual o contributo da sua composição setorial. Seguindo a metodologia definida para esta decomposição¹⁶, é relevante assinalar que o contributo das características intrínsecas das EEC e das gazelas para o diferencial registado pelas respetivas rentabilidades dos capitais próprios (face ao total das empresas) era superior ao contributo associado à diferente composição setorial. Como tal, as EEC e as gazelas, quando comparadas com as restantes empresas dos mesmos setores de atividade, apresentavam efetivamente maiores rentabilidades dos capitais próprios¹⁷.

A margem operacional do conjunto das gazelas (EBITDA¹⁸/rendimentos¹⁹) situou-se, em 2017, em 8%, um valor inferior ao observado para o total das empresas e para o conjunto das EEC (11%, em ambos os casos) (Gráfico I.3.16). Já a margem líquida (resultado líquido do período (RLP)/rendimentos) foi de 4% nas gazelas, percentagem inferior em 1 pp à do conjunto das EEC, mas semelhante à observada no total das empresas.

Gráfico I.3.16 • Resultados | Peso face aos rendimentos (2017)



Os diferenciais entre as margens registadas pelas gazelas e as do total das empresas e das EEC foram relativamente diminutos por comparação com o diferencial registado ao nível da rentabilidade dos capitais próprios, indiciando que a maior rentabilidade dos capitais próprios das gazelas não decorria da prática de margens superiores, mas sim do facto deste conjunto de

¹⁶ De acordo com *Banco Central Europeu (2017), "Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups", Statistics Paper Series, n.º 21.*

¹⁷ O efeito intrínseco era igualmente dominante ao decompor os diferenciais registados pelas EEC e pelas gazelas (face ao total das empresas) relativamente aos restantes indicadores analisados no âmbito da presente Secção.

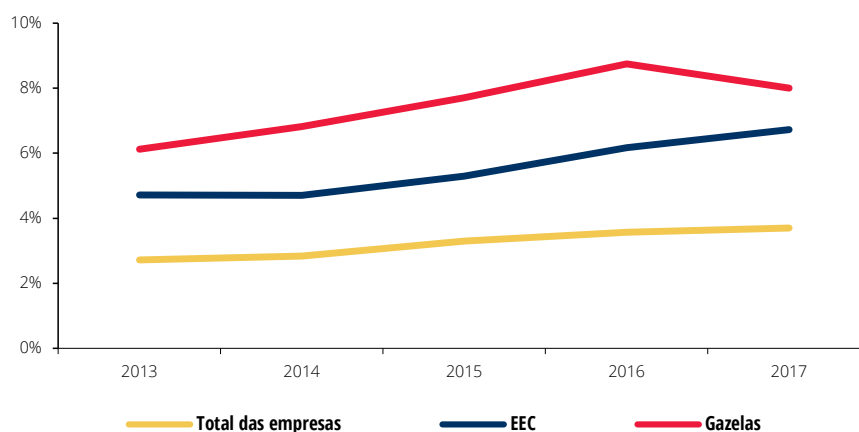
¹⁸ EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

¹⁹ Por uma questão de simplificação utiliza-se neste estudo a expressão "rendimentos" que corresponde ao "total de rendimentos líquidos", obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

empresas apresentar, em termos agregados, menores níveis de capitais próprios e uma maior rotação do ativo.

O investimento em ativos fixos efetuado por cada um destes conjuntos de empresas pode igualmente justificar os seus diferentes posicionamentos em termos de rentabilidade e de situação financeira. Em 2017, as aquisições de investimentos não financeiros (ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos de produção) representavam 8% do ativo das gazelas (7% nas EEC e 4% no total das empresas) (Gráfico I.3.17), tendo-se situado, em todo o período 2013-2017, num nível acima do registado pelas EEC e pelo total das empresas.

Gráfico I.3.17 • Aquisições de investimentos não financeiros | Em percentagem do ativo

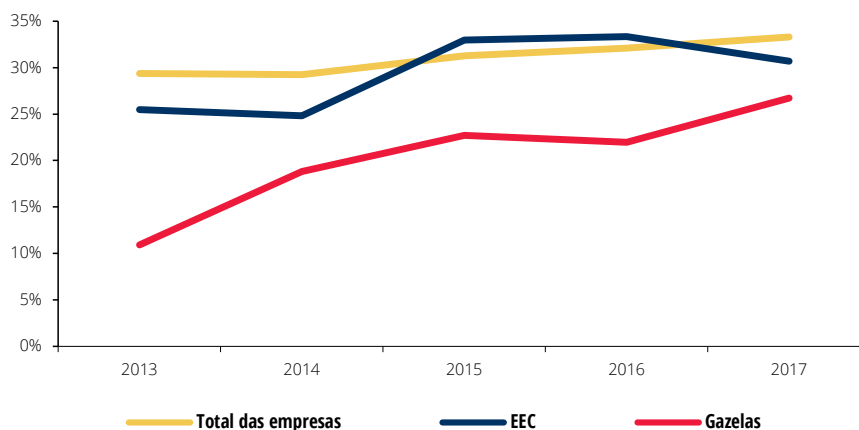


3.2.2 Situação financeira

Capitais próprios

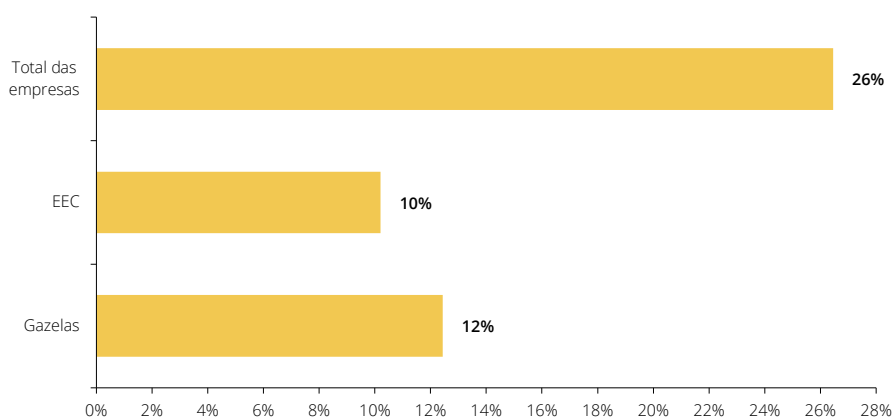
Em 2017, a autonomia financeira do conjunto das gazelas foi de 27%, um valor inferior aos do conjunto das EEC (31%) e do total das empresas (33%) (Gráfico I.3.18). Em todo o período 2013-2017, as gazelas apresentaram autonomias financeiras consistentemente inferiores às das EEC e do total das empresas, ainda que este indicador tenha registado uma recuperação assinalável no período em análise.

Gráfico I.3.18 • Autonomia financeira



Em 2017, 12% das gazelas registaram capitais próprios negativos, um valor inferior ao verificado no total das empresas (26%), mas ligeiramente superior ao observado no conjunto das EEC (10%) (Gráfico I.3.19). No período 2013-2017, a proporção de gazelas com capitais próprios negativos foi consistentemente inferior à verificada no total das empresas e superior à registada no conjunto das EEC.

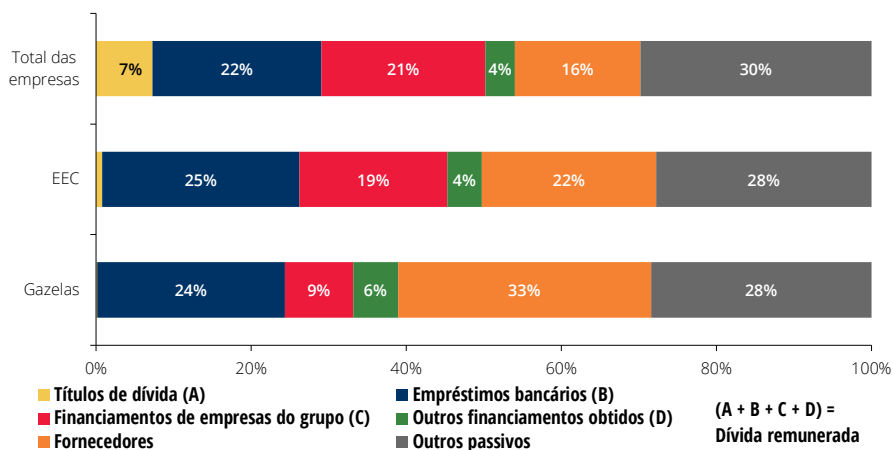
Gráfico I.3.19 • Proporção de empresas com capitais próprios negativos (2017)



Capitais alheios

A dívida remunerada²⁰ representava 39% do passivo total do conjunto das gazelas em 2017, um valor inferior ao registado para o total das empresas (54%) e para o conjunto das EEC (50%) (Gráfico I.3.20), situação comum a todo o período 2013-2017. Para a menor relevância da dívida remunerada no passivo das gazelas contribuiu o maior peso dos fornecedores, em detrimento dos títulos de dívida e dos financiamentos de empresas do grupo.

Gráfico I.3.20 • Passivo | Estrutura (2017)



²⁰ A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

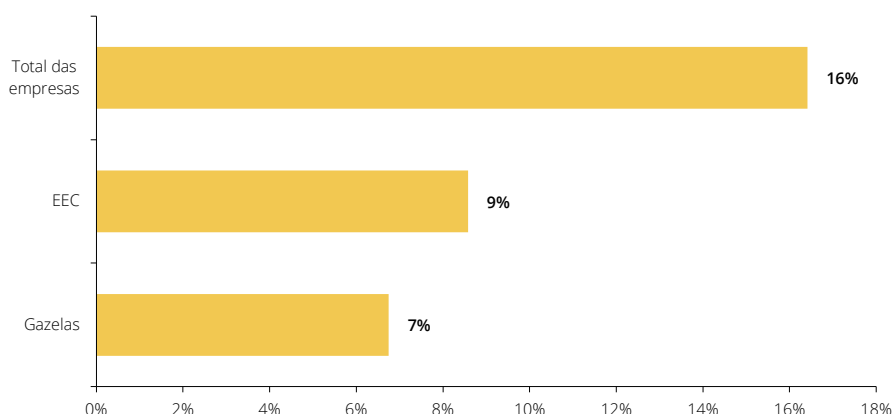
Os créditos comerciais correspondiam, em 2017, a 33% do passivo do conjunto das gazelas. O peso desta componente, à semelhança do verificado em todo o período em análise, era superior ao observado no total das empresas e no conjunto das EEC (16% e 22%, respetivamente, em 2017).

Os empréstimos bancários constituíam a componente mais relevante da dívida remunerada do conjunto das gazelas, representando 24% do respetivo passivo (25% no conjunto das EEC e 22% no total das empresas).

Gastos de financiamento e solvabilidade

Em 2017, 7% do EBITDA gerado pelo conjunto das gazelas foi absorvido pelos respetivos gastos de financiamento²¹ (Gráfico I.3.21). Este indicador, que pode ser interpretado como o grau de pressão financeira sobre as empresas, apresentava um valor inferior ao registado no total das empresas (16%) e no conjunto das EEC (9%), apesar do maior recurso a capitais alheios por parte das gazelas (ainda que associados, sobretudo, a dívida não remunerada). Esta situação verificou-se em todo o período entre 2013 e 2017 (diferencial mínimo de 1,2 pp e 8,9 pp entre a pressão financeira das gazelas e a registada pelas EEC e pelo total das empresas, respetivamente).

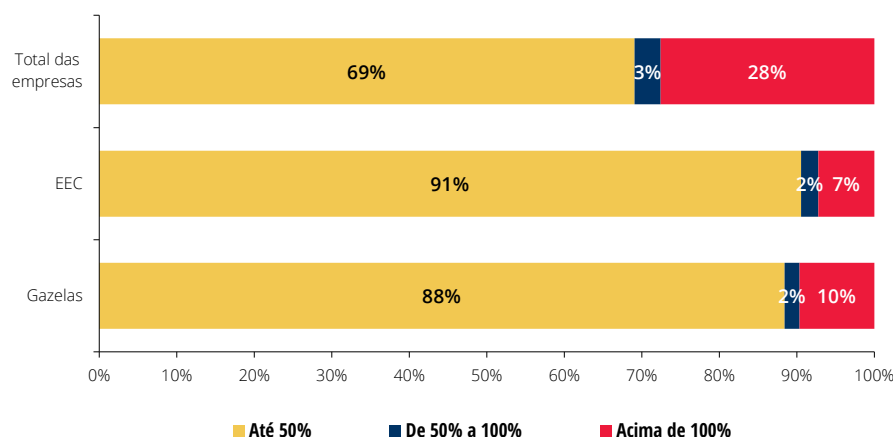
Gráfico I.3.21 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA (2017)



Cerca de 88% das gazelas suportou, em 2017, gastos de financiamento inferiores a metade do EBITDA (valor que compara com 91% nas EEC e 69% no total das empresas) (Gráfico I.3.22). Em contraponto, 10% das gazelas não geraram um EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento. A parcela de empresas nesta situação era de 7% nas EEC e de 28% no total das empresas.

²¹ O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

Gráfico I.3.22 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por classes de desempenho (2017)



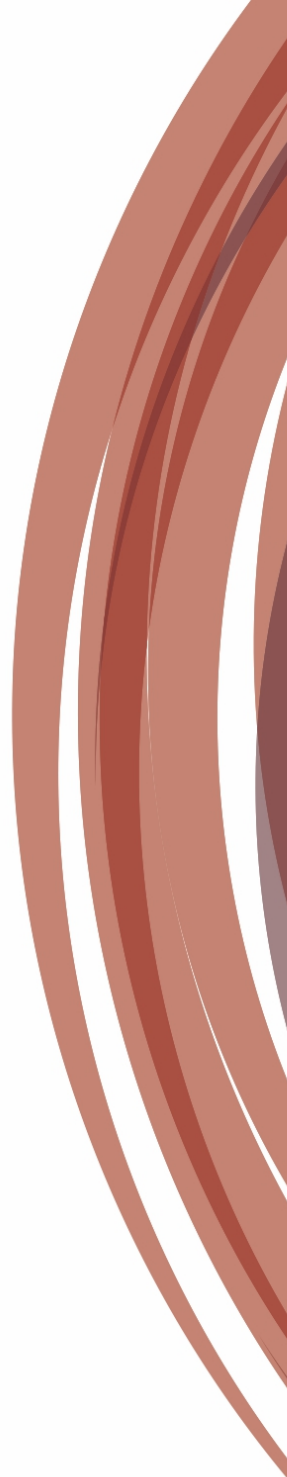
Financiamento por dívida comercial

Em 2017, o financiamento por dívida comercial representava 33% do passivo das gazelas, um valor superior ao registado no total das empresas e no conjunto das EEC (16% e 22%, respetivamente).

Em termos líquidos²², no entanto, as empresas classificadas como gazelas não conseguiam obter financiamento por via da dívida comercial. Em 2017, o diferencial entre os saldos de fornecedores e de clientes deste conjunto de empresas era marginalmente negativo. Destaque para a redução deste diferencial nas gazelas em 2017, comparativamente com os anos anteriores, em linha com a evolução registada no total das empresas e no conjunto das EEC (que, ainda assim, registaram saldos negativos em 3% dos respetivos volumes de negócios em 2017).

Tal como em todo o período analisado, o prazo médio de pagamentos do conjunto das gazelas foi superior ao prazo médio de recebimentos em 2017 (67 dias e 50 dias, respetivamente). Esta situação era semelhante à verificada no total das empresas e no conjunto das EEC (prazos de 65 dias e 60 dias no total das empresas, e de 61 e 55 dias no conjunto das EEC, respetivamente, em 2017).

²² O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos).





III Anexo

1 Síntese metodológica

1 Síntese metodológica

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Distribuição por quartis: Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50%, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação *Estudo da Central de Balanços n.º 19 – Quadros do setor e quadros da empresa e do setor – Notas metodológicas (Série longa 1995-2013)*, novembro de 2014.

Dívida remunerada: A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

EBITDA: Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

Empresas de elevado crescimento (EEC): Como definido no *Eurostat – OECD Manual on Business Demography Statistics* (2007), as EEC caracterizam-se por terem uma taxa de crescimento média anualizada, por um período de três anos consecutivos, superior a 20%. Considerou-se o volume de negócios como variável para o cálculo da taxa. O referido manual indica ainda que as EEC devem ter o seu crescimento justificado por razões orgânicas decorrentes da sua atividade corrente. Para além disso, devem considerar-se limiares mínimos para a atividade para que o forte crescimento não se deva unicamente à pequena dimensão das empresas. Para acomodar estas recomendações, no apuramento das empresas de elevado crescimento foram efetuadas as seguintes exclusões:

- Empresas envolvidas em acontecimentos marcantes – fusões e aquisições, mudanças de atividade operacional e outros similares que possam proporcionar um crescimento artificial da atividade;
- Empresas da Zona Franca da Madeira – empresas criadas com fins que se prendem essencialmente com questões fiscais, pelo que a sua atividade tende a ser diferente daquela que se entende como tradicional de uma SNF;
- Empresas sem trabalhadores – O *Eurostat – OECD Manual on Business Demography Statistics* recomenda um limiar mínimo de 10 pessoas ao serviço da empresa para uma empresa poder ser classificada como EEC. O objetivo deste limiar é o de tentar minimizar o efeito de crescimento via pequena escala. No entanto, tal como o *Eurostat – OECD Manual on Business Demography Statistics* admite, este limiar pode variar consoante o país. No caso

português, o aceitar deste limiar implicaria uma exclusão da maioria das empresas, dado que o tecido empresarial português é maioritariamente constituído por microempresas. Neste sentido, para efeitos deste estudo, uma EEC tem de ter pelo menos uma pessoa ao serviço e, cumulativamente, um volume de negócios anual mínimo (ver ponto seguinte);

- d. Empresas com volume de negócios inferior a 50 mil euros – de forma a mitigar o efeito causado na taxa de crescimento pela pequena dimensão das empresas, foi definido um limiar mínimo para o volume de negócios nos anos em que a empresa concorre a EEC; e,
- e. Empresas com menos de quatro anos de atividade – o ano em que a empresa é criada não é considerado para o cálculo da taxa de crescimento média anualizada. Deste modo, evita-se o emolamento da taxa causado pelo facto de o volume de negócios do primeiro ano não ser, por norma, comparável com os restantes períodos de atividade.

Gastos da atividade operacional: O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Gastos de financiamento: O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

Localização geográfica: A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, área metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

Margem líquida: Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

Margem operacional: Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

Número de pessoas ao serviço: Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

Outros passivos: A classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar

Pressão financeira: Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

Rendimentos: Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

Sector de atividade económica: Foram excluídas desta análise, no que ao total das empresas diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3.

Sector exportador: O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros.

Volume de negócios: Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
EEC	Empresas de elevado crescimento
ENI	Empresários em nome individual
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
RLP	Resultado líquido do período
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
SNF	Sociedades não financeiras

Referências

Banco Central Europeu (2017), *"Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups"*, *Statistics Paper Series*, n.º 21, maio de 2017.

<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpsps/ecb.sps.21.en.pdf?7987429d9f97a422b02d19666f69ef7c>

Banco de Portugal (2008), *"Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços"*, *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), *"Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas"*, *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2014), *"Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor: Notas Metodológicas – Série Longa 1995-2013"*, *Estudos da Central de Balanços*, n.º 19, novembro de 2014.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudo%20da%20cb_19_2014.pdf

Banco de Portugal (2015), *"Análise das empresas do setor exportador em Portugal"*, *Estudos da Central de Balanços*, n.º 22, junho de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos%20da%20cb_22_2015.pdf

Banco de Portugal (2018), *"Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017"*, *Estudos da Central de Balanços*, n.º 34, novembro de 2018.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_34_2018.pdf

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Eurostat/OECD (2007), *Eurostat-OECD Manual on Business Demography Statistics*, OECD Publishing, Paris.

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019

